

## PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01, DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Expediente Recebido em 21 de OS de 2025

L.305

Funcionario que recebeu

Estabelece novas regras para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Amaraji/PE, em conformidade com a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE AMARAJI, ESTADO DE PERNAMBUCO, nos termos da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - Dá nova redação ao art. 124 da Lei Orgânica Municipal

"Art. 124 - Os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município, de Amaraji, serão aposentados com as idades mínimas previstas para os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social da União, previstas no inciso III, do § 1º, do art. 40 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 13 de novembro de 2019, observada a redução de idade mínima para os ocupantes de cargo de professor, de que trata o § 5º do art. 40 da

prefeitura@amaraji.pe.gov.br (81) 3553 1944



Constituição Federal".

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se o disposto nos arts. 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133.

Amaraji/PE, 27 de maio de 2025.



## FLÁUCIO DE ARAÚJO GUIMARÃES PREFEITO DE AMARAJI





## MENSAGEM Nº 001/2025.

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente Excelentíssimos Senhores Vereadores Câmara Municipal de Amaraji – Pernambuco.

Tenho a elevada honra de submeter à apreciação, discussão e aprovação de V. Exa. e seus ilustres pares, nobres representantes do Povo desta cidade, o anexo **Proposta de Emenda a Lei Orgânica do Município** nº 001/2025, que estabelece novas regras para o Regime Próprio de Previdência Social Municipal, de acordo com o estabelecido pela Emenda Constitucional Federal nº 103/2019.

Os municípios brasileiros, diante da Emenda Constitucional Federal  $n^{\circ}$  103/2019, possuem autonomia normativa em matéria da previdência municipal, eis que a ECF  $n^{\circ}$  103/2019 promoveu, uma dupla desconstitucionalização, pois reenviou matéria antes constitucional para a legislação ordinária e complementar infraconstitucional.

Dessa forma, toda a matéria atinente ao FUNPRAMA deve ser objeto de Lei Complementar ou Ordinária, exceto a fixação da idade mínima prevista no inciso III, do § 1º, do art. 40, da Constituição Federal com a redação da ECF nº 103/2019.

Portanto, todas as demais matérias decorrentes da reforma previdenciária dos servidores da União deverão ser objeto de Lei Complementar ou Lei

prefeitura@amaraji.pe.gov.br (81) 3553 194



Ordinária municipal, daí porque as matérias tratadas nos arts. 125 até o 133 da Lei Orgânica devem ser objeto de Lei Complementar Municipal.

Assim, esta Proposta de Emenda a Lei Orgânica se faz necessária para adequar a nossa Lei Orgânica Municipal ao texto da Constituição da República Federativa do Brasil, precipuamente em face da não inclusão dos Estados e Municípios na reforma previdenciária dos servidores da União.

Tudo bem considerado, para dar cumprimento ao mandamento legal superior, submeto aos ilustres parlamentares a referida proposta para ser apreciada, aprovada e promulgada pela Mesa Diretora desse Poder legislativo Municipal, na forma regimental.

Atenciosamente,

Gabinete do Prefeito.

Amaraji/PE, 27 de maio de 2025



FLÁUCIO DE ARAÚJO GUIMARÃES PREFEITO DE AMARAJI